

Covas já seduz empresariado, diz Ponte

□ Pinçado pelo presidente José Sarney para a ingrata e desgastante tarefa de líder de um Governo em fim de mandato, mergulhado num mar de fórmulas fracassadas para debelar a crise econômica e, mais trágico ainda, sem base parlamentar, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) inova no cargo, atribuindo-se especificamente a missão de desobstruir os canais de diálogo entre Executivo e Legislativo, sem obrigação de defender o Governo a qualquer custo. Não obstante, assegura ser disposição do presidente José Sarney investigar todas as denúncias de irregularidades contra o seu Governo, embora apenas ele mesmo, Ponte, tenha se prontificado a apurar a denúncia mais recente: de mordomias na viagem do presidente da República a Paris, para onde o boeing 707 da FAB, em missão precursora, teria embarcado lotado de “caronas”.

Mas, é no plano sucessório, porém, que Luís Roberto Ponte concentra no momento suas atenções e exerce sua capacidade de influência política, especialmente junto à classe empresarial. E, nesse contexto, ele revela que a candidatura Mário Covas, pelo PSDB, começa a conquistar os empresários (entre os quais se inclui), embora ainda permaneçam resquícios de desconfiança com origem no comportamento do senador durante o período em que exerceu a liderança do PMDB na Constituinte. Collor, surpreendentemente, não detém a confiança do empresariado, de acordo com Ponte, que apenas menciona a simpatia que desperta seu discurso liberal.

Esse raciocínio o leva a admitir a possibilidade de apoiar, junto com as forças ditas moderadas, a candidatura de Mário Covas, no segundo turno, caso ele consolide a postura recente de liberal. Mas, ressalva: “No primeiro turno, estou com o Dr. Ulysses”.

Andrei Meirelles

JBr — Como é que o senhor se sente como líder de final de governo?

Luiz Roberto Ponte — Como eu imaginava que me sentiria: muito demandado, procurando aumentar o nível de informação dentro do Congresso com relação às propostas do Governo e, dentro do Executivo, com relação às dúvidas e às posições do Legislativo. Era isso que eu imaginava. Nada mais do que isso. E essa é minha função, sem nenhuma outra veleidade que não a de ajudar no entendimento, na aproximação, no relacionamento um pouco mais profundo, mais eficaz entre o Executivo e o Legislativo.

JBr — Qual a avaliação que o senhor faz do Governo Sarney?

LRP — Eu não gostaria de julgar. Eu acho que o julgamento do governo Sarney e do papel do Presidente vai ser feito no futuro. Se bom ou ruim, o futuro o avaliará com isenção. Eu não quero julgar. Eu não entrei na liderança para defender o governo Sarney. Não foi esta a minha missão; não é esta a minha missão. A minha missão é ajudar o entendimento entre o Executivo e o Legislativo para que aquilo que mais convém ao País tenha maiores chances de ser aprovado no Congresso Nacional. Agora, na convivência com vários setores do Governo dos diversos escalões tenho constatado uma enorme vontade de acertar. Portanto, a missão não está me causando qualquer constrangimento.

JBr — Afinal, quem o senhor lidera? O senhor é um líder sem liderados?

LRP — Não. Eu acho que no Congresso uma avaliação que se poderia fazer, é que a bancada do PFL substancialmente, na sua expressão maior, com raríssimas exceções, vota nas teses propostas pelo Executivo. Dentro do PMDB há uma facção que também está solidária com as teses do Executivo mas na sua maioria o PMDB está fora, considerando-se independente do Governo, e vota independentemente da solicitação do Executivo. Agora, eu acho que a sustentação parlamentar do Governo deve advir neste restante de mandato do Presidente, do poder de convencimento do deputado por razões de interesses nacionais. Eu tenho certeza que quando há tempo para que se possa prestar esclarecimento a uma parcela maior de deputados, mesmo de partidos que se colocam quase como oposição ou como oposição até, a gente consegue sucesso, exceto quando se trata de pontos que tenham um grande apelo popular. Toda vez que você tem uma reivindicação da sociedade contrária a uma tese do Executivo, fica muito difícil você aprovar aquilo porque num ano eleitoral como este, tem prevalecido o interesse eleitoral e os partidos não dão sustentação a qualquer coisa impopular.

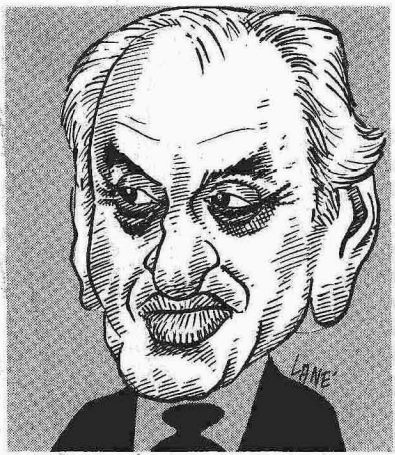
JBr — Neste quadro de dificuldades não é no mínimo falta de sensibilidade o presidente José Sarney levar uma enorme caravana a Paris?

LRP — Olha, eu não gosto de julgar, emitir juízo sobre fatos de que eu não conheço detalhes. O pouco que eu li sobre o assunto informa que foi uma equipe precursora para preparar a viagem do Presidente e o avião teria ido lotado de personagens aqui do Brasil. Se estas pessoas foram, como eu imagino, como é a minha convicção, ocuparam apenas os lugares vagos no avião que de qualquer forma teria que ir para levar a equipe precursora. Como parece ser da praxe da rotina de viagens presidenciais de todos os países do mundo, eu não tenho nada a comentar nem a criticar. Agora, se essas pessoas ficaram lá por conta do Governo brasileiro é claro que isso não teria a minha concordância e eu não estaria

de qualquer forma, defendendo uma posição como esta. Eu não acredito que, a não ser aquelas pessoas que realmente são necessárias para compor uma representação compacta e digna para o País na comemoração do bicentenário da Revolução Francesa.

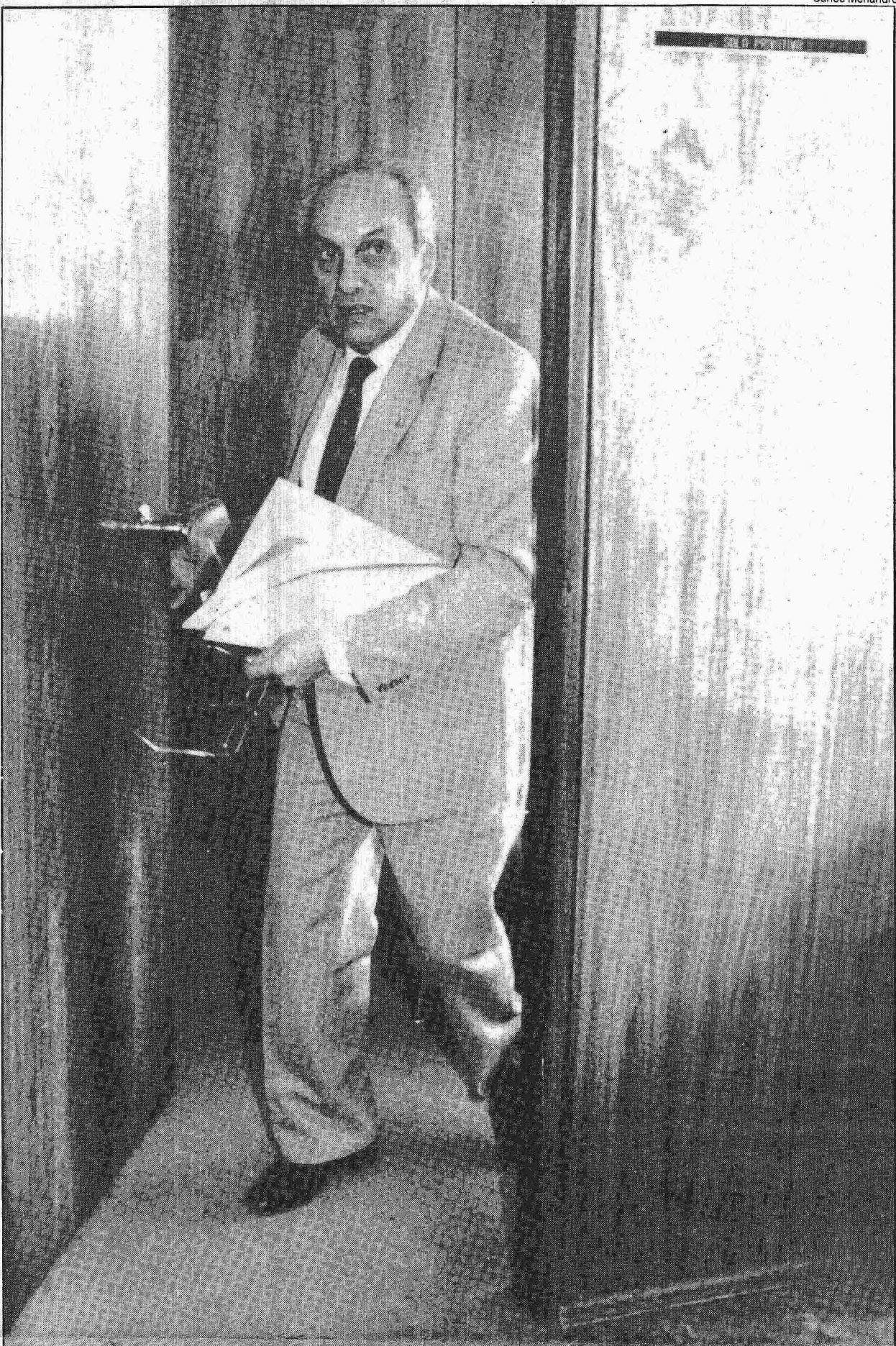
JBr — O senhor identifica uma mudança entre o constituinte Mário Covas e, agora, o candidato “tucano” ao Planalto?

LRP — Olha, esta é uma questão que realmente está na cabeça de muitas pessoas porque trata-se de um candidato que sempre foi apontado como tendo muita credibilidade aqui no Congresso Nacional. Não só pelo seu trabalho durante a Constituinte, mas, pelo que estou informado, por aqueles que privaram com ele no passado enquanto parlamentar também em legislaturas anteriores. Trata-se de um político com credibilidade. A posição do senador Mário Covas aqui, todavia, foi sempre muito mais aderente às teses pseudonacionalistas e às teses de não redução do papel do Estado. Na Constituição ficou definido que o Estado não deve intervir nas atividades econômicas, a não ser nos casos previstos. Mas a imagem que Covas passou aqui para os constituintes, na questão ideológica, é de que era um hoje mais ligado a um pensamento chamado de “esquerda” — tem que pôr entre aspas nisto, porque é uma palavra que a rigor não define muito bem, não caracteriza com clareza o que é que significa. Mas ele ficou mais conceituado como uma pessoa ligada às áreas de esquerda, ao pensamento de esquerda. Eu nunca consegui, vamos dizer, com muita clareza, saber o pensamento ideológico do senador Covas, porque em conversas informais, eu o senti um homem inteligente, um homem arejado, um homem lúcido e não entendia como é que uma pessoa com todas essas características, com uma visão moderna do mundo pudesse ainda se ater as soluções que o mundo todo já estava abandonan-



“ O grande anseio do empresariado é ter na Presidência um homem com as características de probidade que o senador transmitiu à sociedade ”

do, como inadequadas para a correção das injustiças sociais e a erradicação da pobreza absoluta. Eu imaginava, como ainda imagino, que um pouco era uma solidariedade de aqueles que pressupostamente tinham com ele maior afinidade. Isto me parecia que era o senador. Então agora, eu prefiro não emitir juízo porque não li detalhadamente o discurso dele, mas li tópicos, e obtive informações: me parece que a posição que o senador defende agora é uma posição que, na minha visão, é muito mais compatível com a visão de mundo moderno que



Ponte: dificuldade no primeiro mandato: abrir as portas de um governo melancólico e em crise

ele me parecia ter pela sua vivência, por sua inteligência.

JBr — A ala moderada do PMDB poderia apoiar a candidatura Covas?

LRP — É muito difícil falar pela ala moderada do PMDB porque ela não é uniforme. A ala moderada do PMDB tem várias correntes de pensamentos de concepção de solução para o impasse surgido com a escolha do vice-governador Waldir Pires, e a contestação que daí surgiu de sua participação na campanha do Dr. Ulysses. Eu diria que é possível que uma parcela possa vir a cogitar do nome do senador Mário Covas, principalmente no segundo turno, se ele chegar lá. Vai depender do seu adversário, mas não acredito que seja uma corrente majoritária. O senador Mário Covas deixou em muitos companheiros na Constituinte — e não me incluo entre eles — a idéia de ser um homem de pensamento ideológico, de convicções ideológicas ligadas a uma corrente de pensamento socialista. E essas pessoas indagam a si próprias, como no poema de Machado de Assis, se teria mudado eu ou teria mudado o mundo? As pessoas se questionam. Qual é o Covas verdadeiro? É o Covas de ontem ou o Covas de hoje? Certamente o senador Mário Covas vai ser muito inquirido sobre isso durante a campanha. E ele como um homem de bem terá as suas razões e estará dando as suas argumentações para mostrar que não há incompatibilidade. Sem as ouvir, eu prefiro emitir juízo. Eu apenas gostaria de dizer que me agrada muito mais o senador Mário Covas do discurso que proferiu no Senado, do que o senador Mário Covas em termos ideológicos, das convicções que ele parecia ter no tempo da Constituinte.

JBr — O senhor poderia apoiá-lo?

LRP — Dependendo do candidato que vier a disputar com ele no segundo turno, sem sombra de dúvida, eu o apoiaria. No primeiro turno, fico com o Dr. Ulysses.

JBr — Os empresários, que tanto criticaram o senador Covas na Constituinte, demonstram, agora, interesse em apoiá-lo.

LRP — O grande anseio do empresariado é ter na Presidência da República um homem com características de probidade que o senador Mário Covas transmitiu à sociedade. Um homem que ficasse fora do corporativismo, do empirismo, do clientelismo e aliasse a preocupação social com a defesa da iniciativa privada. O discurso de Covas no Senado foi nessa linha. Agora, repito, ficaram cicatrizes muito grandes de seu trabalho na Constituinte em alguns segmentos importantes do empresariado.

JBr — O candidato Fernando Collor tem a confiança do empresariado?

LRP — Dos que eu conheço, não. Aliás, muito longe disto. A parte dele que agrada é o discurso

liberal. Mas, vale registrar, que ele já prestou um grande serviço ao País: desmistificou a idéia de que o brasileiro se inclinava para soluções socialistas dos seus problemas sociais. Os brasileiros se identificam, sim, com suas bandeiras da decência, da redução da máquina do Estado, do fim do empirismo e do clientelismo, de uma administração proba.

“ A parte dele (Collor) que agrada é o discurso liberal. Mas, ele já prestou um grande serviço: desmitificou a idéia de que o brasileiro quer uma solução socialista ”

JBr — O governo Sarney é apontado por seus críticos como o oposto disto.

LRP — Eu não digo que seja o oposto. Nós temos no Brasil o vazio do julgamento definitivo por acusações tangenciais. A Constituinte foi enfática na garantia do direito irrestrito de defesa para qualquer coisa. Eu acho que não tem sido dado esse direito às acusações que são feitas ao Governo Sarney. Eu dou pelo menos o benefício da dúvida. Quando fui convidado pelo Presidente para assumir a liderança, eu lhe disse que, diante de qualquer acusação, precisaria de ter elementos para esclarecê-la. Ele me garantiu que qualquer denúncia levada ao Planalto seria imediatamente investigada e as providências tomadas. Eu sei que o impulso natural diante de um governo desgastado é o das pessoas o malharem, ainda mais por improbidade. Isto dá voto.

JBr — O senhor já levou alguma denúncia ao presidente Sarney?

LRP — Não. A primeira seria o caso do presidente do Banco Central. Mas, ali, ocorreu uma demonstração contrária: um presidente do BC, que pressupostamente tem um superpoder em relação a entidades como as corretoras, foi à falência em sua empresa particular. Isso mostra que o Banco Central é probo e competente, porque normalmente quando se fala em corrupção numa função de poder, o resultado é o enriquecimento e não a falência.

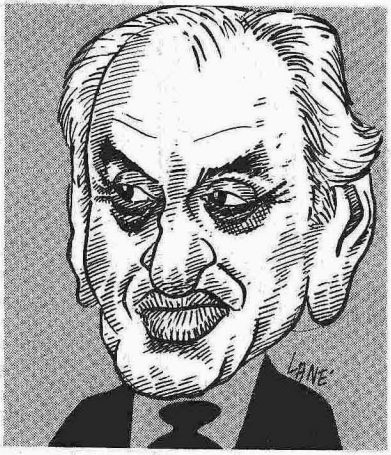
JBr — O senhor considera ético que a Presidência do Banco Central seja ocupada por um dono de corretora?

LRP — Eu não estou entrando no mérito se ele devesse ou não ser presidente do banco. Eu não estou julgando o fato. Se a lei permitir, é ético. Agora, também não quero julgar se o ex-presidente do Banco Central é bom, é ruim, tem ou não

culpa no cartório. O fato é que não houve nenhum ato lesivo para os cofres públicos, tanto que sua empresa acabou falida.

JBr — O senhor preconiza medidas duras na área econômica, mas identifica uma indisposição do Congresso Nacional em aprovar propostas impopulares. Como desatar este nó? Com o pacto?

LRP — No Congresso passará todas as medidas impopulares desde que haja um entendimento prévio entre todos os partidos, onde um não possa tirar proveito de outro. Aquilo sempre é uma disputa de posições relativas. Você quando tem uma posição considerada impopular, se os outros partidos não têm candidatos aceitam adotar a mesma posição, não existe restrição de nenhuma. O que não se quer, o que os partidos normalmente não aceitam é assumir uma posição considerada impopular, desgastante, e os outros partidos convictos de que seria bom para o País tomar aquelas medidas, ficarem em posição contrária para tirar benefício eleitoral. Eu acho que se



“ O combate a uma inflação desse nível, implica em recessão, em não termos ganhos salariais, em demissões, em corte a subsídios e redução de despesas ”

houver uma consciência de que isso seria bom para o Brasil, um entendimento para tomar essas medidas indispensáveis de reforma mais profunda, para consertar a economia para o futuro, em termos definitivos, vamos dizer, e não paliativos, que aliás o País vai ter que fazer de qualquer sorte, senão agora, vai ter que fazer o próximo Presidente, e tem que fazer no primeiro ano de seu mandato. Pode se viabilizar. Um combate a uma inflação desse nível implica num certo quadro recessivo, pelo menos com tendência recessiva, implica

de não ter ganhos salariais num País que já tem salários baixíssimos, implica em demissões, implica em reordenamento da parte fiscal de arrecadação e ampliação de base, em corte de subsídio e diminuição de despesas, todas em teses medidas impopulares, e isto só seria feito com consenso. Eu acho que uma visão maior, inclusive dos partidos, deveria levar em conta que, sobretudo para aqueles que se acham em condição de vir a assumir o poder pelo voto. É hora de aplainar o caminho do futuro Presidente. Porque o futuro Presidente, com quase certeza, não terá uma maioria no Congresso Nacional. Vai emergir com o apoio popular. Mas o Congresso pouco se lixa para isso. O Congresso, cada parlamentar isoladamente, tem as suas convicções. Pode vir da maneira que for. Se ele tiver propondo coisas que esses parlamentares acham que não tem guarita popular, que são coisas impopulares e que estar contra eles lhe dá uma posição boa num ano eleitoral, eles não terão dúvida não.

JBr — O senhor acha que o Congresso faz isso? Dá para fazer isso?

LRP — Eu acho que não é impossível. Acho que nós deveríamos esgotar até o último alento no esforço para isto aí. As lideranças estão envolvidas nisso. Eu pessoalmente não estou participando muito, sobretudo nos meios políticos, a não ser de dar o meu testemunho de que o Executivo veria, com grande satisfação, a possibilidade desse entendimento. E está disposto a assumir esse desgaste e isso deveria ser aproveitado pelos partidos, porque essa conjugação do fato de você ter um Presidente que não tem um candidato que esteja disposto a ser neutro no processo eleitoral que tem convicção clara e muito presente que a grande obra do seu governo e que a história haverá de registrar é assegurar a transição tranqüila. Por isso mesmo ele está disposto a tudo para que esta transição seja tranqüila. Agora, o Presidente não tomará — isso é que eu queria deixar claro —, essa atitude como alguns jornais põem. Esperando que o Legislativo tome a iniciativa, ou para botar a culpa no Legislativo. Não se trata disso. O problema, exclusivamente, não precisa nem pedir é só o Congresso sinalizar. Olha, manda um projeto para valer que nós estamos dispostos a aprovar. E virá. Agora, mandar um projeto com um conjunto de idéias para o Congresso Nacional com a certeza de que só vai ser bombardeado, criticado, vilipendiado, como santanás, como inimigo do povo, e não ter chance de aprovar, isso em vez de ajudar o País, desajuda.

JBr — Mas o partido que assumir isso não estará prejudicando seu candidato?

LRP — Se todos os partidos assumirem, não. Claro está que isso, para aqueles partidos que consideram que a crítica sistemática ao atual governo é a sua mola-mestra de conseguir votos, ele pode se sentir “junto com o governo”. Mas não é estar junto com o Governo. O que está junto é o Congresso, os políticos, como foi feito na Espanha, que tinha partido da oposição. A concertação foi feita por quem? Entre os vários partidos políticos inclusive a oposição ao primeiro-ministro, que participava dos entendimentos. No entanto, eles estavam juntos em termos de teses mínimas para viabilizar, assegurar uma transição tranqüila. Fez-se na Espanha, fez-se em Israel, conjugação de forças que eram até inimigas políticas. Eu acho que uma visão lúcida recomendaria ao Brasil uma decisão nessa linha. Agora eu não sei se temos mais chance de que aconteça ou não. Eu acho até que há mais chance de que não aconteça, mas nem por isso nós devemos dela desistir.

JBr — Caso não se feche o pacto, há risco de hiperinflação? Pode afetar a sucessão presidencial?

LRP — Estruturalmente nós não temos nenhuma razão para perder o controle da economia. O setor privado está competente, não se sucateou, está trabalhando 24 horas, você não tem desemprego. As indústrias privadas, do setor privado estão capitalizadas como nunca e o nível de poupança privada talvez seja um dos maiores dos últimos anos da história do Brasil, senão de toda a história do Brasil. O grande complicador é o setor público, e o setor público tem um déficit. Uma dívida interna que já é geradora de um déficit da ordem de 20 por cento. Essa dívida interna, porém, é pequena se comparada às dívidas de outros países como a da Itália, dos Estados Unidos etc. E desses 20% uma parcela ainda está no Banco Central, de forma que a rigor nem pode ser considerada dívida interna. O setor privado tem condição de financiar esta dívida por 10 ou 12 meses que faltam para o final do governo. O problema da dívida é seu vencimento a curto prazo.

JBr — Valeu a pena tanto esforço para aprovar os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney?

LRP — Para o presidente José Sarney, eu acho que não valeu a pena. Agora, para o País eu tenho dúvida se isso foi um bem ou mal. Eu acho que se nós formos partir da premissa de que no regime presidencialista se um Presidente eventualmente vai mal na sua administração ou apenas seja julgado mau não pelos cidadãos, a solução é encurtar seu mandato. Não dá. Olha, se vingasse essa tese de toda vez que o Presidente se desgastar seu mandato ser reduzido, mesmo em período Constituinte, isto não seria bom para o País.